

liberdade: Estat
a legislação
capítulo II

Tostões da liberdade

Escravos de ganho foram os primeiros poupadores da história do Brasil

Andreia Santana
asnascimento@correiodabahia.com.br

Correio da Bahia
Terça-Feira, 17 de Junho de 2003

Não era fácil juntar dinheiro para viver longe da escravidão. Mas o sonho de liberdade fez deles os primeiros poupadores da história do Brasil. Foi assim, economizando os tostões divididos compulsoriamente com os senhores, que os negros de ganho inauguraram as primeiras contas-poupança de escravos do país. E o hábito de economizar os recursos, adquiridos pela venda de frutas e quitutes nas ruas de Salvador, permanece entre os afrodescendentes da Bahia de agora. São as vendedoras de mingau, cocada e acarajé as principais herdeiras dessa trajetória de superação da exclusão social.

BOX
CAIXA

Economia de vida

Negros conquistaram direito às cadernetas de poupança no final do século XIX.

Joana está na faixa dos 40 anos. Trabalha com afinco vendendo comida para juntar dinheiro. Precisa reunir 600 mil réis, o preço de uma negra de sua idade no mercado de escravos no Brasil do século XIX. Depois de acertar o valor de sua alforria com o senhor, adquire permissão dele e do Juiz de Órfãos, a quem os escravos são subordinados, para abrir uma caderneta de poupança. O ano é 1884. Joana chega a uma das agências da Caixa Econômica da Corte (atual Caixa Econômica Federal), instituição fundada por D. Pedro II, e abre uma conta beneficiando-se da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Além de emancipar todos os filhos de escravos nascidos após sua promulgação, a lei também prevê que os cativos podem juntar pecúlio para a compra da liberdade. O dinheiro pode vir de doações, herança ou trabalho remunerado. Quem legaria alguma coisa para um escravo se desde o século XVI eles chegam acorrentados em porões de navios, deserdados de pai, mãe e nação? Resta-lhes o trabalho duro de sol a sol, subindo e

descendo as ruas na árdua tarefa de mercadejar, ou carregando cadeiras de arruar onde as sinhás, escondidas por trás de véus, vão à missa. Só assim, ganhando o máximo que puder para tirar o percentual do senhor e guardar os tostões que sobram, a escrava conseguirá a tão sonhada alforria. Três longos anos se passaram até Joana conseguir o dinheiro que vai lhe tirar do cativeiro. No dia 25 de maio de 1887, ela declara: "Cedo o direito que tenho na presente caderneta ao senhor tenente José da Silva Rondon, por haver do mesmo recebido minha liberdade pela quantia de 600 mil réis, preço pelo qual fui alforriada". Mal teve tempo de comemorar. Exatos 350 dias depois de Joana empregar todas as suas economias na compra da alforria, a filha do imperador, Isabel de Bragança, assina a Lei Áurea. Em uma linha, o fim de três séculos de exploração: "É declarada extinta a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário". Se tivesse esperado mais um pouco, Joana ganharia a liberdade de graça e teria um bom pé-de-meia para começar a nova vida.

Apesar de seu azar, a escrava de um tenente dos confins do Mato Grosso entrou para a história por ter conseguido abrir uma conta bancária. Como Joana, centenas de escravos em todas as províncias do Brasil conquistaram o direito de abrir caderneta de poupança no final do século XIX. É bem verdade que a escravidão em 1871 dava os últimos suspiros e que, ao permitir a abertura das contas, os senhores faziam uma última tentativa desesperada de lucrar com o comércio de seres humanos. No entanto, a conquista pode figurar ao lado de outras pequenas vitórias diárias dos cativos do país. A história mostra que eles promoveram revoltas e se esconderam em quilombos desde os primórdios da escravidão. Mas tinham também formas pacíficas de resistência, através das caixinhas organizadas pelas irmandades para a compra da alforria dos associados, ou disputando o mercado de trabalho remunerado com a população livre nas ruas. Para isso, se reuniam em frentes organizadas de trabalho, os chamados Cantos, onde labutavam negros livres e cativos.

A caderneta de poupança da escrava Joana é um dos 85 documentos raros guardados em Brasília, no Museu da Caixa Econômica Federal. Em Salvador, algumas dessas cadernetas podem ser vistas no Centro Cultural da Caixa, na Rua Carlos Gomes. São documentos que revelam um pedaço pouco conhecido da história da escravidão. Uma

particularidade: nas cadernetas nunca se lê o nome e o sobrenome do escravo, como atualmente figura o nome de qualquer cidadão nos cartões magnéticos contemporâneos. Em vez disso, lê-se: "Negra Margarida Luiza, escrava de Joaquim José Madeira", ou então "Elvira, crioula, escrava de João de Cerqueira Caldas, com permissão do Juiz de Órfãos". Autor do livro Caixa, uma história brasileira, sobre os 140 anos da instituição, o escritor Eduardo Bueno investigou as cadernetas de escravos. Descobriu preciosidades como a história de Felipa, uma liberta que abriu uma conta em nome da filha Felismina, de 2 anos. A menina continuava cativa de um certo Antonio Fernandes. Felipa, após comprar a própria alforria, trabalhou para resgatar a filha pequena.

Abrir essas contas, porém, não foi fácil para os escravos, como também não era fácil juntar dinheiro tendo de dividir os ganhos com senhores. Alguns cativos chegavam a trabalhar nove anos para conseguir reunir o necessário. Quando a iniciativa foi aprovada, primeiro na Caixa da Corte do Rio de Janeiro e depois espalhando-se pelas outras províncias do império, teve gente contrária à medida, como Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda. Ele achava que as alforrias beneficiadas pelo governo fariam os escravos perderem o respeito aos senhores. Já o ministro da Fazenda, Lafaiete Rodrigues, em 1883, advertia os juizes de Órfãos das províncias que não demorassem em repassar o dinheiro dos escravos para as cadernetas de poupança, pois quanto mais eles retinham os valores, por preguiça ou desonestidade, mais retardavam a libertação. Os senhores, por sua vez, viam com bons olhos a idéia. Para eles, escravos empenhados em trabalhar para comprar a própria alforria, além de ficarem dóceis e pouco propensos à rebelião, garantiam um lucro maior para seus donos.

A história da caderneta de poupança, no entanto, não começa com os escravos brasileiros. A palavra poupança, que provém do latim *palpo* (afagar) e deu origem ao verbo poupar, começou a ser usada no sentido de economizar a partir do século XIX. O hábito de guardar dinheiro, porém, remete à Grécia antes de Cristo. Naquela época, a civilização grega utilizava vasos de barro como cofres particulares. Durante as conquistas bélicas do Império Romano, os legionários eram estimulados a guardar, numa espécie de fundo de reserva, o soldo e o resultado dos saques. Entre os inauguradores da poupança

na Idade Média, figuram os Pobres Soldados de Jesus Cristo e do Templo de Salomão, ordem de cavaleiros fundada em 1119 e que passou para a história com o nome de Templários. Esses cavaleiros, que faziam voto de pobreza, obediência e castidade, tinham a missão de proteger, durante o período das Cruzadas, os peregrinos que viajavam da Europa para Jerusalém. Como é descrito no livro *Os templários*, de Piers Paul Read, na Idade Média, qualquer cristão que se orgulhasse do título tinha de ir orar na Igreja do Santo Sepulcro. Acontece que Jerusalém era cidade sagrada também para judeus e muçulmanos e, da mesma forma que na atualidade, era disputada no fio da espada pelas três maiores religiões monoteístas do mundo. Os cristãos, com medo de serem roubados por beduínos ou guerreiros das facções radicais do Islã, confiavam seus bens aos templários, que os guardavam numa espécie de poupança rudimentar.

Os pobres soldados de Jesus Cristo de pobres não tinham nada. Recebiam doações tanto da Igreja quanto de nobres europeus. Ao longo de sua existência acumularam riquezas incomensuráveis e sua ordem figura na origem do sistema bancário da Europa. Nos séculos posteriores, esse sistema começou a se expandir. Em 1611, surgem as caixas econômicas na França. O ato de economizar atingia ainda todas as classes sociais. No Brasil, a primeira caixa do país foi criada em 1831. O Decreto 575 instituiu regras para a criação de estabelecimentos de poupança. Na história recente, dados do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), coletados pelo Banco Central, demonstram que, até fevereiro deste ano, os depósitos nesse tipo de conta no país somaram R\$138,21 bilhões. Na Bahia, até março, os depósitos superam a casa dos R\$3 bilhões. Mas o país possui 25 milhões de pessoas sem domicílio bancário. São os chamados sem-conta, num apelido inventado por Eduardo Bueno. Essa turma participa da dinâmica da economia juntando dinheiro como há 500 anos atrás, na época dos primeiros colonizadores: debaixo do colchão. Com esse dinheiro suado, ganho muitas vezes em trabalhos da chamada economia informal, gente como a vendedora de mingau Antonia Naziozeno da Silva Lima, 58 anos, consegue operar verdadeiros milagres. A história dela é um complemento moderno da saga da escrava Joana e de uma série de histórias de outros baianos e brasileiros que, ao longo dessa reportagem, ensinam como sobreviver e realizar sonhos num país que está sempre no vermelho.